

A MISCIGENAÇÃO CULTURAL NA LITERATURA DE GREGÓRIO DE MATOS: O CASO DE AOS *PRINCIPAIS DA BAHIA, CHAMADOS OS CARAMURUS*

Airton Pott¹

RESUMO: Diante da formação sociológica e das condições sócio-históricas e linguísticas da formação brasileira, pode-se ressaltar uma miscigenação de povos com culturas diferentes. Em 1500, com a chegada dos portugueses, já houve um entrecruzamento de culturas, pois os índios já habitavam as terras brasileiras antes disso. Gregório de Matos foi o primeiro a usar palavras indígenas em alguns de seus poemas. Desse modo, objetiva-se analisar *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*, poema de sua autoria, que possui palavras indígenas e, a partir disso, mostrar como uma cultura é influenciada pela outra. Tais estudos expositivo-metodológicos são fundamentados com as corroborações de Stuart Hall (2006) a respeito de identidade cultural, de Holanda (1995) e Ortiz (1994) sobre a identidade nacional e a cultura brasileira, Schmidt (2017), com tal temática numa perspectiva da historiografia literária, e Mariani (2003, 2004) com um viés linguístico sobre o assunto. As explanações feitas permitem asseverar que os portugueses até podem ter dominado o Brasil, mas os índios influenciaram a cultura destes, e precisam de (re)conhecimento de seus hábitos, suas tradições e sua linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Gregório de Matos; Poema(s); *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*; Linguagem; Cultura.

ABSTRACT: In view of the sociological formation and the socio-historical and linguistic conditions of the Brazilian formation, it is possible to emphasize a miscegenation of peoples with different cultures. In 1500, with the arrival of the Portuguese, there was already a cross-breeding of cultures, since the Indians already inhabited the Brazilian lands before that. Gregório de Matos was the first to use indigenous words in some of his poems. In this way, it aims to analyze *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*, a poem of his own, which has indigenous words and, from this, to show how one culture is influenced by the other. Such expository-methodological studies are based on Stuart Hall's (2006) corroboration of cultural identity, from Holland (1995) and Ortiz (1994) on national identity and Brazilian culture, Schmidt (2017), perspective of literary historiography, and Mariani (2003, 2004) with a linguistic bias on the subject. The explanations made allow us to assert that the Portuguese may even have dominated Brazil, but the Indians influenced their culture, and they need (re-) knowledge of their habits, their traditions and their language.

KEYWORDS: Gregório de Matos; Poem(s); *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*; language; culture.

Considerações iniciais

Existem vários fatores que contribuem para as identidades culturais, dentre as quais convém destacar a nação, a sexualidade, o gênero, a raça/etnia, a classe social, as ideologias políticas, religiosas, e, inclusive, a linguagem, com as marcas identitárias encontradas nela. Dessa forma, com estudos a partir do poema *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*,

¹ Mestrando em Letras do PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras) da UPF (Universidade de Passo Fundo). E-mail: airton_pott@yahoo.com.br

de Gregório de Matos, selecionado como corpus de análise, objetiva-se verificar a literatura como lugar de registro de identidades. No caso desse corpus, uma transcendência da imagem do outro por meio do eu, ou seja, os índios e sua cultura vistos por Gregório de Matos.

A partir de estudos sobre identidade de Stuart Hall (2006), dos livros *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995), e *Cultura brasileira e identidade nacional*, de Renato Ortiz (1994), podem ser feitas explanações e discussões a respeito das identidades culturais nacionais, com enfoque para a questão do índio e sua cultura. Para reforçar tais estudos, utiliza-se, também, Mariani (2003, 2004) com uma perspectiva linguística sobre o assunto relacionado às abordagens e aos conceitos aqui considerados, e Schmidt (2017), que traz questões da historiografia literária contribuintes para tais assuntos.

Enfim, o tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil. Entremeadado a isso está o fato de toda identidade se definir em relação a algo que lhe é exterior, uma vez que ela é uma diferença. Mediante essa miscigenação cultural do Brasil, devido à sua formação histórica desde a chegada da Caravana de Cabral, o conceito de identidade nacional se torna algo complexo em virtude da existência de uma pluralidade cultural.

A cultura brasileira e seus dilemas: miscigenação, histórias, memórias e outras complexidades

Quando se abordam os dilemas da cultura brasileira, muita polêmica e discrepância de opiniões costumam estar envolvidas. Esse conflito cultural já se instaurou em 1500, com a chegada dos portugueses, pois já existia nesse país outra cultura muito diferente da deles – a dos indígenas. Esta era marcada por tribos, que tinham práticas e costumes em suas comunidades e guerreavam entre elas.

Associado à chegada dos europeus no Brasil está um dos primeiros e principais conflitos que giram em torno das memórias e da história desse país, a “descoberta” dele pelos portugueses. Logo, se assim fosse, todo o anterior teria sido apagado, ignorado, esquecido, ou seja, inexistente. Enfim, já está aí estabelecido um grande problema da historicidade brasileira, sobretudo com relação à sua formação de identidade. Dessa forma, vale enfatizar que as identidades culturais são processos de identificação elencados em vários fatores que contribuem

para a formação cultural de um povo. Dentre elas pode-se destacar a nação, a sexualidade, o gênero, a raça/etnia, a classe social e as ideologias políticas.

Diante dessas marcas identitárias, convém evidenciar que o sujeito não é dono de si por completo, isto é, não tem domínio absoluto sobre sua formação. Além do mais, não se formou de ontem para hoje, tampouco isoladamente, e está em constantes transformações. Conforme Hall (2006, p. 09) corrobora em seus estudos, “estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito”.

O deslocamento do sujeito é decorrente, muitas vezes, da imposição linguística e cultural, o que resulta numa focalização metropolitana e apagamento das demais culturas colonizadas. Relacionado a isso, mas em um enfoque linguístico, Mariani (2004, p. 28) enfatiza que um dos pontos importantes no processo de colonização linguística é “[...] a relação entre a língua de colonização e as demais presentes na *terra brasilis* bem como o afastamento e as mudanças que a língua de colonização necessariamente sofre em relação à metrópole.”

Trava-se, na sociedade, uma luta por uma miscigenação cultural e um plurilinguismo, com ênfase na valorização de diversas culturas dentro de um mesmo país, com diferentes formas de vestimentas, danças e, inclusive, dialetos provenientes de diferentes formações étnicas, encontrando, na língua, uma marca identitária. No entanto, o “trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício.” (HOLANDA, 1995, p. 176). Ou seja, mesmo diante de uma gama cultural, o tradicional imperial tenta impor seu predomínio contra as vozes subjacentes.

Ortiz (1994, p. 15) vai ratificar que “a ‘superioridade’ da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos.”. Logo, ele permite afirmar que, diante do real contexto instaurado na época da chegada dos europeus ao Brasil, é natural que os portugueses, conhecedores de grandes navegações e possuidores de invenções humanas, dominassem os índios, aqueles que habitavam as terras brasileiras até então. A língua, mecanismo de comunicação, foi uma das formas de intermediar a relação entre os dois povos e permitir as “negociações” entre eles.

Mariani (2003, p. 09) enfoca que “a metrópole portuguesa, no seu empenho de manter a conquista, vai se encontrar bastante dependente das políticas religiosas e linguísticas

defendidas pelo Vaticano.”. Em outras palavras, os portugueses fazem tentativas de catequizar os índios conforme os preceitos dogmáticos defendidos pelo Vaticano.

Mais especificamente sobre o acontecimento linguístico e a tentativa de fazer-se sobressair uma dominante com relação às demais existentes, Mariani (2004, p. 29) vai ressaltar sobre a existência de

[...] um (des)encontro linguístico no qual os sentidos construídos são singularizados em situações enunciativas singulares, situações histórica e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais.

Desse modo, também o literário integrado à cultura torna-se “um campo de produção histórico-social atravessado por diferentes valores, relações e interesses específicos.” (SCHMIDT, 2017, p. 30). Contudo, esses diferentes interesses específicos são manipulados pelos colonizadores que dominam a sociedade, o que respalda também na linguagem, nos comportamentos sociais e na educação.

Séculos atrás, nos tempos monárquicos dominantes no Brasil, a ordem familiar dos portugueses, dos brancos, era a educação monopolizada. Holanda (1995, p. 143) salienta que “ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias ‘retardatárias’, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico”. Mas a isso se acresce que há a tendência de esse sistema desaparecer ao longo dos anos.

Tradições canônicas ainda persistem, mas os grupos das margens, os excluídos pela categorização monopolista, lutam pelo seu espaço na sociedade e também na literatura, ou seja, há uma imagem do literário que “inscreve as estruturas de privilégio e exclusão que a constituem em termos do monopólio de determinados sujeitos da enunciação/ representação, assim como da interpretação.” (SCHMIDT, 2017, p. 31). Dessa forma, tem-se uma literatura subjacente, mas que ainda precisa de valorização e aceitação mais significativas.

Ademais, tratando-se da colonização linguística no Brasil, os índios não poderiam contestar o que os portugueses escreviam, pois eles nem sequer sabiam a língua dos colonizadores. Dessa maneira, tinha-se na língua uma forma de doutrinação dos índios, a qual era feita conforme interesse dos europeus e, ao mesmo tempo, estes faziam registros também sobre a língua dos índios. A respeito da colonização linguística é importante destacar que

Os colonizadores e administradores falam e escrevem sobre as línguas desde os primeiros momentos do contato. Esse conjunto de dizeres sobre as outras

línguas vai instituindo um lugar para elas. É um lugar organizado a partir de um domínio do saber linguístico, alimentado por um imaginário já pré-constituído, ao mesmo tempo em que passa a fomentar o saber sobre as línguas e a circulação de outros sentidos não previstos. (MARIANI, 2004, p. 28).

Sem saber a língua portuguesa, os índios jamais descobririam o que está sendo falado ou escrito, se as considerações e interpretações dos portugueses a respeito da língua deles está de acordo como de fato ela é. Esses mecanismos de controle e subjetivação também são mencionados por Schmidt (2017), mas para referir-se às tradições literárias. Ela enfatiza, imbricado a isso, sobre as representações culturais como forma de constituir identidades, vinculado às relações de saber/poder e poder/saber. Dessa maneira, tem-se na língua e na literatura formas de poder e saber, mas, diante da formação linguística brasileira, manipuláveis conforme os interesses dos colonizadores.

As marcas identitárias impostas não só pela língua, mas por demais aspectos culturais, anunciam para uma mudança, inclusive acional e concepcional, o que está entremeadado nas palavras de Hall (2006, p. 12): “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas.”. Assim sendo, cada um torna-se um sujeito multicultural, isto é, carrega em si marcas de várias culturas com as quais teve, de forma ou outra, contato.

Em seus estudos, Ortiz (1994, p. 44) vai explicar sobre os mitos das três raças, sendo elas o branco, o índio e o negro. Ele defende que “o mito das três raças é, neste sentido, exemplar: ele não somente encobre os conflitos raciais como permite a todos de se reconhecerem como nacionais”. Nessa perspectiva, tem-se nesse mito uma forma de valoração não de uma cultura monopolizada, mas sim das várias culturas influenciando umas às outras.

As marcas identitárias da cultura brasileira são marcadas pela fala, bem como pelos registros escritos nos mais diferentes gêneros, na música, na vestimenta, nas comidas e bebidas. Enfim, cultura é identidade, que perpassou séculos e gerações. Logo, cultura é passado, é memória: “sabemos o quanto a memória é operadora de identidade.” (SCHMIDT, 2017, p. 34). Desse modo, a memória constrói identidades que transcende os tempos, como o caso de a cultura do índio estar marcada na cultura brasileira, apesar de ela não ter predominado devido ao domínio dos portugueses.

A língua como forma de vincular interesses dos portugueses torna-se uma “finalidade prática, sem dúvida, e quase uma pré-condição para a colonização: incluir os índios na

civilização desde que as diferenças socioculturais fossem apagadas.” (MARIANI, 2003, p. 17). Sendo assim, os interesses portugueses eram de ensinar a língua e os costumes deles aos índios e que eles predominassem, ou até mesmo fossem únicos. Aliás, eles queriam que a língua e a cultura indígena fossem apagadas. Mas, mesmo escassos, ainda existem até na atualidade. Associado a esse processo de influência, imposição de uma cultura e negação de outra, pode-se ressaltar que

Sabemos que a identidade é uma ficção necessária construída pela negação da origem via processos de deslocamento e de diferenciação. É somente por essa via que o desejo por identidade se materializa, oferecendo ao sujeito a ilusão de uma presença/pertença, o acesso a uma imagem que assume e com a qual se identifica. (SCHMIDT, 2017, p. 37).

Com essa intenção de ensinar a língua e os costumes portugueses aos índios e fazê-los esquecer de sua língua materna, os portugueses visavam um apagamento daquela cultura tão diferente da deles. No entanto, esses ensinamentos acarretariam em benefícios aos portugueses, e não aos índios, pois se estes soubessem apenas a língua portuguesa, os colonizadores poderiam ter domínio sobre a comunicação entre eles e, assim, ter maior controle e deixar os índios ainda mais submissos aos portugueses.

Conforme enfatiza Ortiz (1994, p. 19), “o quadro de interpretação social atribuía, porém à raça branca uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira.”. Dado o exposto, com o intuito de dominar não só o território e as riquezas naturais, mas também a língua e a cultura, o português tentava impor sua superioridade na construção das marcas identitárias. Para tanto, tentava apagar as marcas identitárias dos índios, já que estes existiam, era conveniente aos portugueses unir as culturas, desde que a deles prevalecesse.

Essa tentativa de mudança cultural pelos portugueses estabelece uma politização de identidade. Segundo Hall (2006, p. 21), “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. Sendo assim, mudar o índio através do esquecimento e da mudança de sua cultura é impor-lhe novas identidades.

Na literatura, por exemplo, temos a figura do índio em diversas obras literárias, tais como *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, romances de José de Alencar, e *Macunaíma*, de Mario de Andrade. Já na poesia, um dos pioneiros da utilização da cultura indígena é Gregório de Matos, que inclusive usa palavras indígenas em alguns poemas, conforme já evidenciado anteriormente a fim de esclarecer e justificar sua escolha como corpus de análise.

Enfim, manter viva na memória, na realidade e também na literatura a cultura dos indígenas não é uma tarefa fácil mediante as imposições e os desafios que perpetuam desde 1500 até os dias de hoje. No entanto, é algo importante, e Gregório de Matos, já em sua época, percebia na cultura indígena uma marca identitária que merecia ser observada, analisada, registrada e lembrada. Afinal, deixar em evidência a cultura europeia resultava no ofuscamento das demais.

Aos principais da Bahia, chamados os caramurus: marcas identitárias arquivadas

Conhecido como o “Boca do Inferno”, Gregório de Matos Guerra escreveu diversos poemas no período do Barroco, século XVII. Recebera esse apelido porque usava muitas sátiras em seus poemas, principalmente, contra a sociedade baiana e burguesa da época e também contra o catolicismo.

Escritor do período do colonialismo, é natural que suas temáticas fossem relacionadas também a aspectos associados a este. Em alguns de seus poemas, dentre os quais está *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*, ele faz alusões sobre a língua e cultura indígenas, empregando, inclusive, muitas palavras da língua desse povo. Logo, desafiava, também dessa forma, os europeus, já que estes não queriam que a língua e cultura indígenas conseguissem notoriedade. Antes de partir para uma análise mais densa sobre o poema corpus dos estudos, é válido citá-lo aqui, na sua íntegra:

Há cousa como ver um Paiaíá,
Mui prezado de ser Caramuru,
Descendente de sangue de tatu,
Cujo torpe idioma é cobepá.

A linha feminina é carimá
Moqueca, pititinga, caruru
Mingau de puba, e vinho de caju
Pisado num pilão de Pirajá.

A masculina é um Aricobé
Cuja filha Cobé, cum branco Pai
Dormiu no promontório de Passé.

O branco é um marau, que veio aqui;
Ela é uma índia de Maré
Cobépá, Aricobé, Cobé, Paí. (MATOS, 1976, p. 108)

Quanto à estrutura do poema, percebe-se pela disposição do mesmo que trata-se de um soneto clássico, pois possui 14 versos decassílabos, divididos em quatro estrofes, sendo as duas primeiras formadas por quatro versos cada, e as duas últimas três cada. Além do mais, todos eles estão rimados, uma vez que as rimas das duas primeiras estrofes são entrelaçadas e as das duas últimas são alternadas. Já com relação à sonoridade dos versos e o posicionamento das sílabas tônicas, vale salientar que as mesmas encontram-se na sexta e na décima posição, formando, portanto, versos decassílabos heróicos.

Como pode ser averiguado com relação à temática do poema, já no título Matos utiliza uma palavra indígena – “caramuru” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), que, segundo o dicionário online Tupiguarani, é formado pelas palavras “cará”, que significa “o branco”, e “muru”, “o poder”. Juntando as duas palavras obtém-se o poder do branco. Diante disso, ao levar em conta o restante do título *Aos principais da Bahia, chamados os Caramurus*, dá-se a entender que o poema é destinado aos Caramurus, ou seja, aos homens brancos, mas põe em dúvida se o poeta está afirmando com seriedade ou se está ironizando que eles são de fato os principais daquela terra (Bahia), haja vista que ele usa inúmeras palavras indígenas ao longo de seu poema e faz uma crítica aos colonizadores.

Na primeira estrofe, encontra-se uma comparação entre as duas culturas, feitas pela alusão aos Caramurus, os homens brancos e seu poder, comparados aos do “paiaia” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), que, segundo o dicionário informal, é um povoado no município de Nova Soure, Bahia, e também o nome de um rio afluente da margem esquerda do rio Itapicuru, também na Bahia. No entanto, no contexto do soneto infere-se que seja um líder indígena, o cacique ou o pajé, sendo este descendente do “sangue tatu”, que aparece no terceiro verso, haja vista que esta expressão, porém com hífen – “sangue-de-tatu” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), conforme aparece no dicionário informal, é um adjetivo referente à “terra roxa, própria para os cafezais”.

Ainda na primeira estrofe, aparece a palavra “cobepá” – final do quarto verso. Pelo contexto, presume-se, devido à presença da palavra “idioma” empregada anteriormente, que “cobepá” é um dialeto referente à língua indígena. Dessa forma, tem-se na primeira estrofe uma relação entre os “paiaia” e os “caramuru”, ou seja, entre os índios e os brancos, com ênfase para a questão da língua, do nativo e do colonizador.

Já na segunda e terceira estrofes há um direcionamento para um lado mais cultural dos indígenas, com distinções de tarefas das mulheres e dos homens, denominados no poema como

“linha feminina” (quinto verso) e “masculina” (décimo verso). Também nos versos dessas duas estrofes aparecem palavras indígenas.

Na segunda estrofe, aparecem palavras voltadas para a designação das tarefas das mulheres, já que esta é a estrofe voltada à linha feminina. No primeiro verso, aparece a palavra “carimá”, variante de “carimã”, que significa “bolo feito de farinha de mandioca” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019). Já no segundo verso, aparecem três palavras indígenas: “muqueca”, que é uma variante de “moqueca” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), definida, conforme o dicionário tupiguarani, como um “assado de peixes” ou também uma “grelha de madeira sobre o fogo onde os índios assavam o peixe”; “pititinga” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019) que, segundo o dicionário informal, é uma “palavra indígena que define um peixe marinho da família dos engraulídeos”; e “caruru” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), que é uma comida típica baiana que contém, dentre outros ingredientes, alguns provenientes de leguminosas.

Já no terceiro e quarto versos da segunda estrofe, encontra-se nomes de comidas e bebidas preparadas pelas índias, sendo uma delas – o “vinho de caju” – “pisado num pilão de Pirajá” (oitavo verso do poema). Segundo o dicionário online informal, “pirajá” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019) é um “viveiro de peixes”. No entanto, pelo contexto do poema, poderia se presumir que é um tipo de madeira ou outro material que serviu como base para fazer o pilão.

Na terceira estrofe do soneto, aparece a descrição da linha masculina, isto é, os papéis dos índios homens, que não são voltados para a culinária, como a da feminina, já que essa não era sua função cultural na tribo. A primeira palavra indígena que aparece nessa estrofe é “aricobé” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), que, segundo o dicionário online informal, é, dentre outras definições, uma “tribo que habita áreas do município de Angical”, Bahia. “Cobé”, palavra do décimo verso, sem definição encontrada em dicionários e demais arquivos, permite inferir, pelo contexto, que tenha sido empregada por Gregório de Matos para caracterizar os descendentes indígenas. A última palavra indígena dessa estrofe é “passé” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), que, conforme o dicionário informal, significa, “autorização para uma pessoa ou coisa passar ou ser passada”.

A partir da análise do poema e da pesquisa dos significados das palavras, é possível observar que na terceira estrofe há um enfoque do poema voltado para a questão da miscigenação, da mistura de raças e culturas – a dos brancos e a dos índios. A “Cobé” seria

uma descentende de índios e brancos, sendo que a do poema o pai é o branco, “Cuja filha Cobé, cum branco Pai” (décimo verso do soneto). Ainda vale fazer sobressair que, nesse verso, aparece a palavra “cum”, que vem a ser uma palavra coloquial, junção de “com” e “um”, usada propositalmente pelo poeta justamente para contrastar as marcas identitárias da fala dos povos.

Na última estrofe do poema há o fechamento desse conjunto cíclico sobre a miscigenação, a relação entre as culturas indígena e europeia. “Marau” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2019), palavra que aparece no primeiro verso da última estrofe, tem como sinônimos, segundo o dicionário informal, “espertalhão, astucioso, astuto, esperto”. Referido ao branco, lhe define como alguém que chegou nas terras dos índios e se apropriou delas, bem como da cultura do seu povo, das mulheres, das riquezas naturais.

Ainda a respeito da relação entre as culturas, vale enfatizar que não se era contrário aos casamentos entre índios e europeus. “Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755 [...]” (HOLANDA, 1995, p. 56). Esse alvará determinava que os cônjuges, nesses casos, não fossem discriminados, que, na verdade, até fossem privilegiados para o trabalho, com honra e dignidade.

Em linhas gerais, devido ao contexto colonizador, há um grupo minoritário, estereotipado, formado pelos índios e as mulheres indígenas, e um grupo representante da força masculina e branca, que demarca autoridade. Afinal, não é só no soneto de Gregório de Matos que há a representação de uma índia que engravida de um português. José de Alencar faz a mesma representação em *Iracema*, um de seus romances indianistas. Logo, formou-se uma nação dessa relação entre colonizador e colonizado. Para os que saíram ganhando, interessava transpassar uma reputação renomada, fossem quais tivessem que ser as consequências para aqueles vistos como os subalternos, os mais fracos.

Considerações finais

A partir dos teóricos abordados e da análise do poema, pode-se afirmar que, por trás da formação miscigenada brasileira, há uma dominação cultural imposta aos indígenas. Tradições, costumes, comidas e bebidas, danças, vestimentas e comportamentos foram interpelados. Também a língua, prática de fala, já que os índios não tinham uma linguagem escrita, era vista como inferior pelos portugueses. Na literatura, porém, as marcas da língua indígena se

configuravam de forma diferente, pois nos textos literários se tinha outras intenções, pois busca(va) valorizar a cultura brasileira, que engloba também a indígena.

Diante das marcas identitárias, convém fazer salientar que o sujeito não tem absoluto domínio sobre sua formação, pois depende da interação com o outro para adquirir novos conhecimentos, agregar cultura. Atrelado a esse processo de subjetivação da identidade do sujeito estão aspectos variados, como a tecnologia, o consumismo, a linguagem, entre outros, os quais interferem na identificação de símbolos e aspectos culturais das comunidades simbólicas das identidades culturais.

A essa concepção de símbolos, associado também à representatividade, vale enfatizar que os processos de significação têm vasta relação com os sistemas linguísticos. Afinal, as línguas não refletem o mundo como um espelho. Elas formulam, pela sintaxe e pela semântica, uma representação, um registro. De certa forma, o passado, de um modo geral, se apresenta como uma maneira de se conhecer e entender melhor o momento presente. Semelhante ao fato de o ser constitutivo ter toda uma caminhada de experiências e aprendizados. Logo, o Brasil teve, desde o início, uma longa caminhada de formação cultural.

Enfim, devido à sua formação histórica e miscigenação de povos, o Brasil já possui uma cultura bastante diversificada, e um passado que não pode ser esquecido, principalmente o passado que não deve ser repetido. Por exemplo, na “união” entre os índios e os brancos no período de colonização do Brasil houve uma ilusão utópica, em que o resultado foi a subordinação dos índios aos brancos. Dessa forma, o arquivo e o resgate do multiculturalismo são essenciais para a memória do passado e para a mudança do futuro, bem como para uma (re)construção de uma identidade nacional.

REFERÊNCIAS

- Dicionário online inFormal.* Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/aricob%C3%A9/>. Acessado em 03 de janeiro de 2019.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/HOLANDA-S%C3%A9rgio-Buarque-Ra%C3%ADzes-do-Brasil.pdf>. Acessado em 22 de dezembro de 2018.
- MARIANI, Bethania. A colonização linguística no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação. *Cadernos de Letras da UFF – GLC*. n. 27, 2003. p. 07-21. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/27/artigo1.pdf>. Acessado em 02 de janeiro de 2019.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. São Paulo: Pontes, 2004.

MATOS, Gregório de. Aos principais da Bahia chamados os Caramurus. In: WISNIK, José Miguel (org.). *Poemas escolhidos*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 108.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laetícia Jensen (Orgs.). *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 29-41.

Artigo recebido em fevereiro de 2019.

Artigo aceito em abril de 2019.